

sendo privado.

“Para o efeito, entrega o Governo a uma Junta de Salvação Nacional a quem exige o compromisso, de acordo com linhas gerais do programa do “Movimento das Forças Armadas” que através dos órgãos informativos será dado a conhecer à Nação, de, no mais curto prazo consentido pela necessidade de manutenção das nossas estruturas, promover eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte, cujos poderes por sua representatividade dê liberdade na eleição ao País de escolher livremente a sua forma de vida social e política.”

A ocupação da sede local da DGS

O primeiro domingo da democracia portuguesa traz à capa dos jornais micalenses a primeira ocorrência que revolucionou a pacatez quotidiana da vida local, sob a coordenação militar de Ernesto Melo Antunes. Era a manifestação popular que emoldurou a dissolução militar dos serviços da Direção Geral de Segurança na cidade de Ponta Delgada durante a manhã de 27 de abril, como destacou o jornal Açores do dia seguinte:

“Na manhã de ontem, a cidade de Ponta Delgada assistiu a algo que já não se verificava há longos anos nestas paragens. Com efeito, elementos da população, ao aperceberem-se de que as forças do Exército se dirigiam para o edifício onde estavam instalados os serviços da Direção Geral de Segurança, a fim de procederem à recolha de arquivos e ao desalojamento dos agentes ali colocados, concentraram-se na Praça de Gonçalo Velho, soltando vivas à liberdade e aplaudindo as Forças Armadas Portuguesas. (...) A multidão que se reuniu na Praça de Gonçalo Velho era constituída, na sua grande maioria, por operários e por jovens. (...) Cerca das 19 horas, o chefe de brigada da DGS, Gentil Garcia Coelho e esposa, saíram das instalações na Praça Gonçalo Velho para o B.I.I. 18, onde ficaram sob custódia.”

A Comissão Democrática de Ponta Delgada

É neste ambiente revolucionário que “um grupo de democratas” se reúne e se organiza como “Comissão Democrática Provisória do Distrito de Ponta Delgada”. Da reunião fundacional realizada logo ao terceiro dia do 25 de abril resulta uma comissão constituída por Álvaro Soares de Melo, António Manuel da Silva Melo, Eduardo Pontes, Humberto Pereira, Jacinto da Câmara Soares de Albergaria, Júlio Diogo Soromenho Quintino e Manuel Barbosa, que faz publicar no Correio dos Açores o seu primeiro comunicado: *“Em reunião efetuada no dia 28 de abril, um grupo de democratas deste distrito elegeram uma Comissão provisória, que se propõe apoiar os objetivos definidos no programa do Movimento das Forças Armadas, como ponto de partida para a instauração de um autêntico regime democrático em Portugal.”*

“Esta Comissão propõe-se também: 1 – Promover a consciencialização das populações deste Distrito com vista a uma participação política de que até agora têm estado afastadas; 2 – Promover por todos os meios ao seu alcance a difusão das ideias políticas que permitam futuras opções face às realidades da vida portuguesa; 3 – Dinamizar a formação de comissões a nível de comunidades urbanas e rurais, com vista a uma escolha consciente dos seus quadros



de base;

4 – Fomentar a criação de grupos de estudo e documentação que permitam uma análise global da problemática económica e sociopolítica do distrito.”

O entusiasmo era geral para consciencializar e mobilizar as populações na construção de uma nova era

política.

Sangue açoriano derramado em Lisboa

Mas nem tudo foram rosas na Revolução dos Cravos.

A imprensa micalense de 1 de maio

revela e releve a notícia de sangue açoriano derramado a 25 de abril. “Um estudante micalense morto em frente à sede da DGS em Lisboa” era o título surpreendente que chocava a cidade de Ponta Delgada e, em especial, a freguesia de Santo António na costa norte do concelho, que foi berço e seria morgue de João Guilherme Rego Arruda:

“Um dos acontecimentos mais tristes do fim da tarde da última quinta-feira em Lisboa verificou-se no decurso da manifestação de cerca de seiscentos populares em frente à sede da Direção Geral de Segurança, à Rua António Maria Cardoso, em que forças daquele extinto organismo, com várias rajadas de metralhadora, ocasionaram a morte de cinco populares e ferimentos em várias dezenas de outros. De entre os mortos conta-se um micalense: João Guilherme Rego Arruda, de 20 anos, estudante, natural de Santo António-alm-Capelas, filho dos srs. Eduardo Arruda e D. Jorgina da Conceição Oliveira. O João Guilherme, que terminou o seu curso liceal no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, era aluno da Faculdade de Letras de Lisboa, onde frequentava o 2º ano do curso de Filosofia.” (Correio dos Açores, 1 de maio de 1974)

O jovem micalense assassinado pela polícia política do regime deposto seria mais tarde lembrado na sua residência universitária de Lisboa:

“Num comunicado das comissões diretivas representantes dos estudantes das residências da Universidade Clássica de Lisboa, é dado o apoio ao Movimento das Forças Armadas e dado conhecimento do assassinio dum seu colega pela PIDE-DGS, na noite de 25 de Abril passado, ao qual prestam a sua homenagem, entendendo dar o seu nome à antiga Residência de Egas Moniz, onde morava, que passará a chamar-se Residência Universitária de João Arruda.” (Diário dos Açores, 7 de maio de 1974)

Com a morte do jovem micalense João Guilherme Rego Arruda nasce a democracia portuguesa e, com ela, a autonomia açoriana...

*Baseado no seu livro **1974 | DEMOCRACIA... O 25 de Abril dos Açores**, Volume I da Trilogia “Anos Decisivos”, editado em 2014 por Letras Lavadas

